



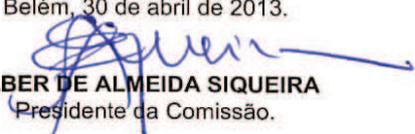
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIO

DIREITO – ABRIL 2013

O presidente da comissão responsável pela realização do Processo Seletivo para suprimento de vagas de estagiários do curso de Direito, da Seção Judiciária do Pará, instituída pela portaria 045 de 04 de fevereiro de 2013, publicada no Boletim de Serviço 25 de 05/02/2013, vem, na presente data, divulgar o gabarito preliminar e caderno de questões da prova realizada no dia 28 de abril de 2013, conforme o quadro a seguir.

Belém, 30 de abril de 2013.


ÉLBER DE ALMEIDA SIQUEIRA
Presidente da Comissão.

GABARITO PRELIMINAR

Matéria	Questão	Resposta	Matéria	Questão	Resposta
Direito Penal	1	B	Processo Civil	16	C
Direito Penal	2	D	Processo Civil	17	B
Direito Penal	3	D	Processo Civil	18	D
Direito Penal	4	C	Processo Civil	19	C
Direito Penal	5	A	Processo Civil	20	A
Processo Penal	6	B	Direito Constitucional	21	B
Processo Penal	7	D	Direito Constitucional	22	B
Processo Penal	8	A	Direito Constitucional	23	C
Processo Penal	9	A	Direito Constitucional	24	B
Processo Penal	10	C	Direito Constitucional	25	A
Direito Civil	11	C	Direito Administrativo	26	D
Direito Civil	12	B	Direito Administrativo	27	C
Direito Civil	13	D	Direito Administrativo	28	D
Direito Civil	14	A	Direito Administrativo	29	A
Direito Civil	15	D	Direito Administrativo	30	A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

Processo Seletivo de Estagiários Direito – abril 2013

Candidato:

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Você está recebendo o seguinte material:

- a) Este caderno com o enunciado de 30 (trinta) questões objetivas;
- b) 01 Cartão-resposta.

1. Confira atentamente se seus dados pessoais estão corretos e coincidem com a sua folha de respostas. Em seguida, verifique se o caderno de provas contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes à prova objetiva.
2. O caderno da Prova Objetiva deve conter 30 (trinta) questões de múltipla escolha, cada uma valendo 1 (um) ponto, totalizando 30 (trinta) pontos.
3. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
4. Após a conferência do seu nome na folha de respostas, você deverá assiná-la no espaço próprio, utilizando caneta esferográfica de tinta preta ou azul.
5. Não será permitido, durante a realização das provas, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógio digital, *paggers*, *beep*, agenda eletrônica, calculadora, *walkman*, computador portátil, gravador, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, bem como qualquer tipo de consulta a textos, apontamentos ou a qualquer outro material, e os candidatos não poderão conversar, nem manter contato de qualquer espécie, sendo o candidato imediatamente desclassificado se vier a infringir a referida vedação.
6. Durante o período de realização das provas, não será permitido o uso de óculos escuros, bonés, chapéus e similares.
7. Utilize somente caneta esferográfica de tinta preta ou azul.
8. Não se levante sem autorização de um fiscal.
9. A duração total da prova será de 3 (três) horas, com início previsto para as 9h e término para as 12h. Nesse período, está incluído o tempo destinado ao preenchimento da folha de respostas.
10. Por motivo de segurança, os candidatos somente poderão deixar o local de provas depois de decorrida 1 (uma) hora do início.
11. Ao terminar a prova, chame o fiscal mais próximo, devolva-lhe o caderno de questões e a folha de respostas e deixe o local de provas.
12. Considerando que a JFPA irá divulgar o conteúdo dos Cadernos de Questões das Provas Objetivas e o gabarito do Processo Seletivo exclusivamente no site da JFPA, bem como irá disponibilizar acesso individualizado à digitalização da Folha de Respostas de cada candidato, não será permitido anotar o gabarito, por questões de segurança, sendo o candidato prontamente desclassificado caso desobedeça a referida proibição.
13. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital poderá implicar a anulação de suas provas.

Belém, 28 de abril de 2013.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ**

DIREITO PENAL

01) Analise as proposições abaixo e marque a alternativa que contém as expressões que, na ordem correta, completam o sentido das frases:

I. O princípio que orienta e limita o poder incriminador do Estado, preconizando que a criminalização de uma conduta só se legitima se constituir meio necessário para proteção de determinado bem jurídico é denominado princípio da _____.

II. Direito Penal é um conjunto de normas que qualifica certos comportamentos humanos como _____;

III. Na classificação moderna, temos como exemplos de fontes Formais do Direito a Lei e os _____;

IV. A _____ é a característica da norma penal que diz respeito ao fato dela ser produzida para ser imposta a todos os cidadãos, indistintamente.

a) Impessoalidade / ilícitos / Costumes / imperatividade;

b) Intervenção mínima / infrações penais / Princípios / Impessoalidade;

c) Intervenção mínima / fatos sociais / tratados internacionais de Direitos Humanos / imperatividade;

d) Impessoalidade / infrações penais / costumes e intervenção mínima.

02) Analise a frase abaixo e marque a resposta correta:

“Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais”. O texto, extraído do art. 2º do Código Penal, diz respeito ao instituto denominado:

a) Irretroatividade benéfica da lei posterior;

b) Continuidade normativa típica;

c) Proibição da Reformatio in pejus;

d) Abolitio criminis.

03) Analise as proposições abaixo e marque a alternativa que contém as expressões que, na ordem correta, completam o sentido das frases:

I - _____ é aquele em que o tipo descreve a conduta e o resultado, exigindo uma efetiva modificação no mundo exterior para a sua consumação;

II - _____ é aquele em que o tipo descreve apenas uma conduta, ocorrendo sua consumação no momento em que esta é praticada pelo agente, independente de resultado;

III- _____ é aquele em que o tipo descreve a conduta e esta deve ser praticada de forma reiterada para que haja a consumação do crime;

IV- _____ é aquele que se consuma quando o agente se abstém de realizar a conduta devida, imposta pelo ordenamento jurídico.

a) Crime permanente / crime de mera conduta / crime material / crime omissivo impróprio;

b) Crime material / crime formal / crime habitual / crime exaurido;

c) Crime de consumação antecipada / crime de simples atividade / crime habitual - / crime omissivo impróprio;

d) crime material / crime de mera conduta / crime habitual / crime omissivo próprio.

04) Analise a frase abaixo e marque a alternativa certa:

A causa excludente da potencial consciência da ilicitude de um tipo penal é conhecida por:

a) Legítima defesa;

b) Exercício regular de Direito;

c) Erro de proibição;

d) Estrito cumprimento do dever legal.

05) Analise as proposições abaixo e marque a alternativa que contém as expressões que, na ordem correta, completam o sentido das frases:

I- _____ é a perda do direito de punir do Estado ou executar uma pena já imposta;

II- _____ é uma sanção processual que pode ocorrer quando o autor de uma ação penal privada deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos;

III- _____ é a perda o direito de ação, por não ser exercido dentro do prazo estipulado pela lei para oferecimento da inicial ou da representação;

IV- _____ é uma das formas em que o Estado renuncia ao Direito de Punir.

- a) Prescrição / perempção / decadência / Anistia;
- b) Prescrição / anistia / perempção / decadência;
- c) Perempção / anistia / decadência / prescrição;
- d) Decadência / perempção / prescrição / Anistia.

PROCESSO PENAL

06) Analise as proposições abaixo e marque a alternativa que contém as expressões que, na ordem correta, completam o sentido das frases:

I. _____ é o ato processual que dá ao acusado ciência acerca do processo penal;

II. _____ é a peça que inicia a ação penal privada;

III. _____ é o ato que dá ciência às partes acerca dos atos processuais;

IV. _____ é a peça que inaugura a Ação penal pública.

- a) Notificação / Queixa-crime / Citação / Acusação;
- b) Citação / Queixa-crime / Notificação / Denúncia;
- c) Notificação / Acusação / Citação / Queixa-crime;
- d) Citação / Denúncia / Notificação / Queixa-crime;

07) De acordo com o Código de Processo Penal, sobre as testemunhas é certo dizer que:

- a) Podem trazer seu depoimento por escrito;
- b) Podem depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo e que queiram dar o seu testemunho, independente de serem desobrigadas pela parte interessada;
- c) Os deficientes mentais e menores de 14 anos de idade prestarão compromisso legal;
- d) O juiz, quando julgar necessário, poderá ouvir outras testemunhas, além das indicadas pelas partes;

08) Em matéria de valoração da prova pelo juiz, o Código de Processo Penal adotou o princípio:

- a) Da Persuasão Racional;
- b) Da Prova Legal;
- c) Da adstrição;
- d) Da Razoabilidade.

09) Analise a proposição abaixo e a seguir marque a alternativa correta:

"Não haverá juízo ou tribunal de exceção (art. 5º, XXXVII CF). Do dispositivo constitucional mencionado podemos deduzir o princípio processual penal:

- a) Do Juiz Natural;
- b) Da Ampla Defesa;
- c) Da Publicidade;
- d) Do Contraditório.

10) Analise as proposições abaixo e a seguir marque a alternativa correta:

I. A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução;

II. Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência da vítima;

III. Uma das situações em que a competência será determinada pela conexão é quando, ocorrendo duas ou mais infrações, elas houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras;

IV. O reconhecimento da incompetência absoluta enseja a nulidade processual de todos os atos já praticados no processo em questão, podendo ser reconhecida mesmo depois de sentença transitada em julgado.

São corretas as alternativas:

- a) I e II;
- b) II e III;
- c) I, III e IV;
- d) todas são corretas;

DIREITO CIVIL

11) No tocante aos direitos da personalidade:

- a) É irrevogável o ato de disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte;
- b) A ameaça ou a lesão a eles não se estendem aos mortos, por serem personalíssimas;
- c) Nenhuma pessoa pode ser constrangida a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou intervenção cirúrgica;
- d) Como regra geral, os direitos da personalidade são passíveis de livre transmissão e renúncia.

12) A declaração de vontade, cujos efeitos são pré-determinados pela lei e independem da intenção do agente, é denominada:

- a) Negócio jurídico de disposição;
- b) Ato jurídico;
- c) Negócio jurídico unilateral;
- d) Contrato unilateral.

13) Havendo conflito aparente entre princípios, a situação será resolvida considerando:

- a) A validade das normas.
- b) A vigência das normas.
- c) Condições de eficácia.
- d) Ponderação de valores.

14) O Código Civil, no artigo 5º, prevê que o casamento civil faz cessar para os menores a incapacidade. Portanto:

- I. O menor de 18 anos casado e que não tenha filhos poderá realizar o divórcio consensual através de escritura pública independentemente da autorização dos seus pais;
- II. Se realizado o divórcio antes de completar 18 anos, o divorciado voltará a ser incapaz até que complete aquela idade;
- III. A união estável também faz cessar a incapacidade do menor de 18 anos;
- IV. O casamento do menor de 18 anos pode ser anulado diretamente no cartório enquanto não completar aquela idade.

Assinale a alternativa correta:

- a) Está correta a assertiva I;
- b) Estão corretas as assertivas I, III e IV;
- c) Estão corretas as assertivas I, II e III;
- d) Todas as assertivas estão corretas.

15) A respeito da boa-fé, julgue os itens a seguir:

- I. A boa-fé objetiva recomenda a verificação da vontade aparente das partes em um contrato;
- II. Não é possível que uma pessoa aja com boa-fé subjetiva, desprovida de boa-fé objetiva;
- III. Por se tratar de regra de conduta, a boa-fé objetiva da parte é analisada externamente;
- IV. A boa-fé objetiva, apesar de desempenhar importante papel de paradigma interpretativo do negócio jurídico, não é fonte de obrigação;
- V. A boa-fé objetiva impõe deveres laterais aos negócios jurídicos, ainda que não haja previsão expressa das partes.

Estão certos apenas os itens:

- a) I, II e IV;
- b) III, IV e V;
- c) II, III e IV;
- d) I, III e V.

PROCESSO CIVIL

16) O pedido ou a causa de pedir NÃO poderá mais ser alterado após:

- a) o recebimento da inicial;
- b) o oferecimento de contestação por parte do réu;
- c) a citação do réu;
- d) o despacho saneador.

17) Cláudia ajuizou ação contra Eleonora, requerendo a condenação desta em danos materiais, morais e pensão alimentícia em decorrência da morte de João, marido da autora, em acidente de trânsito provocado pela ré. Nessa situação hipotética, caracteriza-se uma cumulação de pedidos:

- a) sucessiva;
- b) simples;
- c) subsidiária;
- d) alternativa;

18) No tocante à ação, para nossa lei processual civil:

- a) a ausência do direito material subjetivo conduz à carência de ação.
- b) a ausência das condições da ação não pode ser aferida de ofício pelo juiz.
- c) não se admite a ação meramente declaratória, se já ocorreu a violação do direito.
- d) o reconhecimento da ausência de pressupostos processuais leva ao impedimento da instauração da relação processual ou à nulidade do processo.

19) Pelo princípio da eventualidade, deve o:

- a) réu comportar-se de modo leal no processo, salvo eventual contraposição à má-fé processual do autor.
- b) juiz fundamentar cada tópico da sentença, para a hipótese de interposição de eventual recurso de apelação.
- c) réu alegar toda a defesa que tiver contra o autor, na contestação, de forma especificada.
- d) juiz ater-se ao pedido formulado, ao proferir sentença, salvo eventual matéria aferível de ofício.

20) Nos termos da Legislação dos Juizados Especiais Cíveis Federais:

I. Devem observar os prazos diferenciados de que gozam as pessoas jurídicas de direito público.

II. Podem julgar disputas sobre direitos indígenas, desde que a causa tenha valor de até 60 salários mínimos.

III. Admitem como legitimados ativos as pessoas físicas e as microempresas, e como réus a União, autarquias e empresas públicas federais.

IV. Facultam às partes designar, oralmente ou por escrito, representantes para a causa, advogado ou não.

Quanto às proposições acima:

- a) Apenas uma está correta.
- b) Apenas uma está incorreta.
- c) Duas estão corretas.
- d) Todas estão corretas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

21) Segundo a Constituição Federal, o Conselho Nacional de Justiça é presidido:

- a) Pelo Procurador Geral da República
- b) Pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal
- c) Por Ministro de Estado, nomeado pelo Presidente da República
- d) Pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça

22) Os tratados internacionais que versem sobre direitos humanos firmados pelo Brasil serão equivalentes às emendas constitucionais se forem aprovados, em casa do Congresso:

- a) Em dois turnos, por maioria absoluta
- b) Em dois turnos, por três quintos dos votos
- c) Em dois turnos, por maioria simples
- d) Em dois turnos, com dois terços dos votos

23) São cargos privativos de brasileiros natos, EXCETO:

- a) Presidente da Câmara dos Deputados;
- b) Presidente da República;
- c) Procurador Geral da República;
- d) Presidente do Conselho Nacional de Justiça.

24) A respeito do Habeas Data, é INCORRETO afirmar que:

- a) É cabível para retificação de dados e informações pessoais em registros públicos;
- b) É cabível mesmo quando não há recusa por parte da autoridade administrativa quanto ao pedido de informação;
- c) É cabível para obtenção de documentos de dados e informações pessoais;
- d) É ação personalíssima.

25) São órgãos do Poder Judiciário, EXCETO:

- a) Os Juizes vogais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios
 - b) Os Juizes Militares;
 - c) O Conselho Nacional de Justiça;
 - d) Os Juizes substitutos federais.
-

DIREITO ADMINISTRATIVO

26) O princípio norteador da Administração Pública, do qual decorrem outros princípios como o da impessoalidade, e que deve ser obedecido por todos os agentes ao praticarem atos em nome da administração pública é o:

- a) Princípio da legalidade
- b) Princípio da Moralidade
- c) Princípio da Adequação Legal
- d) Princípio da Supremacia do Interesse Público.

27) Ainda que a regra seja a inalienabilidade dos bens públicos, há dentre eles uma classe que eventualmente pode ser alienada desde que sejam atendidas as exigências estabelecidas em lei. São os:

- a) Bens de Uso Comum do Povo
- b) Bens Disponíveis
- c) Bens Dominicais
- d) Bens de Uso Especial

28) Os agentes vinculados às Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista são regidos por meio:

- a) Da lei que autoriza suas respectivas criações;
- b) Da Lei 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico de todos os servidores da Administração Direta e Indireta;
- c) De estatuto próprio, por fazerem parte da Administração Indireta e gozarem de maior autonomia;

d) Da Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-Lei 5.452/43.

29) A desconcentração administrativa caracteriza-se:

- a) Pela repartição de competências entre diversos órgãos não dotados de personalidade jurídica própria, no âmbito da Administração Direta ou Indireta;
- b) Por uma estrutura autônoma formada por entidades possuidoras de personalidade jurídica própria;
- c) Pela outorga legal de um serviço público a um determinado órgão pertencente a pessoa jurídica diversa, no âmbito da Administração Pública Direta apenas;
- d) Por convênios entre a administração pública e entidades da iniciativa privada para melhor prestar serviços de natureza pública.

30) Sobre a Administração pública podemos afirmar que:

- a) Os serviços públicos deverão ser prestados sem distinções de caráter pessoal;
- b) Os serviços públicos deverão ser prestados com eficiência e sempre gratuitamente;
- c) Os serviços públicos, independentemente de sua natureza, poderão ser delegados a entidades de caráter privado mediante contrato ou ato unilateral;
- d) Devem ser prestados diretamente pelo Poder Público, em qualquer hipótese.